

No. 36433

**Brazil
and
Ecuador**

Arrangement in the field of health, supplementary to the Basic Agreement on technical cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Ecuador. Quito, 8 October 1999

Entry into force: *8 October 1999 by signature, in accordance with article VII*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 23 December 1999*

**Brésil
et
Équateur**

Arrangement dans le domaine de la santé, complémentaire à l'Accord de base de coopération technique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de l'Équateur. Quito, 8 octobre 1999

Entrée en vigueur : *8 octobre 1999 par signature, conformément à l'article VII*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 23 décembre 1999*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

**AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO EQUADOR
NA ÁREA DE SAÚDE**

O Governo da República Federativa do Brasil,

e

O Governo da República do Equador
(doravante denominados “Partes”),

CONSIDERANDO:

Que a saúde é essencial para o bem-estar e para o desenvolvimento das populações dos dois países;

Que é importante trabalhar conjuntamente para abordar os problemas de saúde pública, visando à sua promoção e à sua promoção e ao controle de doenças e reabilitação de pacientes;

Que as relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, de 09 de fevereiro de 1982;

Que a cooperação técnica no campo da saúde reveste-se de especial interesse para as Partes, com base no mútuo benefício e reciprocidade;

Ajustam o seguinte:

ARTIGO I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objetivo desenvolver projetos e atividades de cooperação nos seguintes temas:

- prevenção e controle de doenças transmissíveis metaxênicas, especialmente febre amarela e ofidismos, controle de vetores, controle da raiva canina e tratamento da raiva humana, imunizações, prevenção e controle de doenças diarreicas, cólera e AIDS/SIDA;
- fortalecimento e desenvolvimento da rede de laboratórios de diagnóstico e vacinas;
- saúde materno-infantil, imunopreviníveis e nutrição;
- saúde ambiental e saneamento básico: água potável, dejetos sanitários, latrinização;
- serviços de saúde e capacitação de recursos humanos;
- prestação, financiamento e avaliação dos serviços de saúde e alternativas não-institucionais para estender a cobertura de planos de saúde;
- sistema de informação básica de saúde e de epidemiologia, com integração das telecomunicações, metodologias estatísticas e intercâmbio de informações;
- produtos regulamentados que guardam relação com a saúde, especificamente alimentos (incluindo suplementos dietéticos), drogas e fármacos (incluindo os de caráter biológico); cosméticos, dispositivos médicos, produtos eletrônicos que emitem radiação e correlatos;
- sistemas de prestação de serviços de atenção primária à saúde;

- saúde ambiental, saúde ocupacional, promoção da saúde e participação comunitária;
- assuntos relacionados com grupos de alto risco e de maior vulnerabilidade como a saúde das mulheres, pessoas em idade avançada, pessoas com necessidades especiais, adolescentes, crianças e imigrantes; e
- aquisição, armazenamento e distribuição de insumos para a saúde.

2. A cooperação abrangerá as áreas assinaladas neste Ajuste Complementar; as Partes poderão, contudo, eleger outras áreas correlatas para a cooperação.

ARTIGO II

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

- a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como responsável pela coordenação e acompanhamento dos projetos e atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar;
- b) o Ministério da Saúde como responsável pela execução do presente Ajuste Complementar que, por seu turno, designará as entidades executoras para a operacionalização dos projetos e atividades decorrentes deste instrumento.

ARTIGO III

O Governo da República do Equador designa:

- a) a Agência Equatoriana de Cooperação Externa do Ministério das Relações Exteriores, como responsáveis pela coordenação e acompanhamento dos projetos e atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar;
- b) o Ministério da Saúde como responsável pela execução do presente Ajuste Complementar que, por seu turno, designará as entidades executoras para a operacionalização dos projetos e atividades decorrentes deste instrumento.

ARTIGO IV

1. A fim de facilitar a cooperação técnica prevista neste Ajuste Complementar, ambas as Partes concordam em organizar um Comitê Técnico conjunto, para discutir matérias relativas à aprovação, ao acompanhamento e à avaliação dos projetos e atividades de cooperação técnica.
2. Em cada reunião do Comitê Técnico será elaborado e aprovado Programa de Trabalho para o biênio subsequente.
3. Participarão das reuniões do Comitê Técnico representantes do Ministério da Saúde, das entidades de coordenação e, quando necessário, das entidades executoras dos projetos e atividades.
4. As reuniões do Comitê Técnico serão realizadas a cada dois anos com a concordância prévia das Partes. Tais encontros serão realizados alternadamente no Brasil e no Equador.

ARTIGO V

1. As entidades executoras detalharão os projetos específicos ou as atividades acordadas, especificando os objetivos, justificativa, custos, formas de financiamento, prazos de execução e demais condições, e os apresentarão ao Comitê Técnico.

ARTIGO VI

1. As entidades executoras elaborarão relatórios semestrais sobre os resultados obtidos nos projetos e atividades decorrentes deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados ao Comitê Técnico e examinados nas reuniões bilaterais de cooperação, quando forem convocadas.

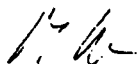
2. Os documentos elaborados e resultantes dos projetos e das atividades desenvolvidas no contexto deste Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes. A versão oficial dos documentos de trabalho será elaborada no idioma do país de origem do trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes ser expressamente científicas e mencionadas no corpo do documento objeto de publicação.

ARTIGO VII

1. O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá validade por um período de 2 (dois) anos, prorrogável pelo mesmo período, salvo se uma das Partes notificar à outra, por via diplomática, com antecedência de 6 (seis) meses à data de expiração sua intenção de denunciá-lo.

2. A denúncia do presente Ajuste Complementar não prejudicará os projetos e atividades em andamento, os quais serão executados até o seu término.

Feito em Quito, em 8 de outubro de 1999, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DO FEDERATIVA DO BRASIL

Vera Pedrosa Martins de Almeida
Embaixadora do Brasil no Equador



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DO EQUADOR

Benjamin Ortiz Brennan
Ministro das Relações Exteriores

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**AJUSTE COMPLEMENTARIO AL ACUERDO BASICO DE
COOPERACION TECNICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA DEL ECUADOR Y EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA
FEDERATIVA DEL BRASIL EN EL AREA DE LA SALUD**

**El Gobierno de la República del Ecuador
y
El Gobierno de la República Federativa del Brasil
en adelante denominados Partes**

CONSIDERANDO

Que la salud es esencial para el bienestar y para el desarrollo de las poblaciones de los dos países;

Que es importante trabajar conjuntamente para abordar los problemas de salud pública, con miras a la promoción, prevención y al control de enfermedades y rehabilitación de pacientes;

Que las relaciones de cooperación han sido fortalecidas y amparadas por el Acuerdo Básico de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República del Ecuador y el Gobierno de la República Federativa del Brasil, de 9 de febrero de 1982;

Que la cooperación técnica en el campo de la salud se reviste de especial interés para las Partes, basada en el mutuo beneficio y la reciprocidad;

Acuerdan,

ARTICULO I

- i. El presente Ajuste Complementario tiene por objeto desarrollar proyectos y actividades de cooperación en los siguientes temas.
 - Prevención y control de dolencias transmisibles metaxénicas, especialmente fiebre amarilla y ofidismos, control de vectores, control de la rabia canina y tratamiento de la rabia humana, inmunizaciones, prevención y control de dolencias diarreicas, cólera y AIDS/SIDA.
 - Fortalecimiento y desarrollo de la red de laboratorios de diagnóstico y vacunas;
 - Salud materno infantil, inmuno previsible y nutrición;
 - Salud ambiental y saneamiento básico, agua potable, alcantarillado sanitario, letrización;
 - Servicios de salud y capacitación de recursos humanos;

- Prestación, financiamiento y evaluación de los servicios de salud y alternativas no institucionales para extender la cobertura de programas de salud;
 - Sistema de información básica de salud y de epidemiología con integración de las telecomunicaciones, metodologías estadísticas e intercambio de informaciones;
 - Productos reglamentados que guarden relación con la salud específicamente alimentos (incluidos abastecimientos dietéticos), drogas y fármacos (incluidos los de carácter biológico), cosméticos, dispositivos médicos, productos electrónicos que emiten radiación y afines;
 - Sistemas de prestación de servicios de atención primaria a la salud;
 - Salud ambiental, salud ocupacional, promoción de la salud y participación comunitaria;
 - Asuntos relacionados con grupos de alto riesgo y de mayor vulnerabilidad, como la salud de las mujeres, personas en edad avanzada, personas con necesidades especiales, adolescentes, niños e inmigrantes; y
 - Adquisición, almacenamiento y distribución de insumos para la salud.
2. La cooperación cubrirá las áreas señaladas en este Ajuste Complementario, sin embargo, las Partes podrán elegir otras áreas afines de cooperación.

ARTICULO II

El Gobierno de la República del Ecuador designa:

- a) Al Ministerio de Relaciones Exteriores y a la Agencia Ecuatoriana de Cooperación Externa, como encargados de la coordinación y seguimiento de los proyectos y actividades derivadas del presente Ajuste Complementario;
- b) Al Ministerio de Salud, en su calidad de encargado de la ejecución del presente Ajuste Complementario que, a su vez, designará a las entidades ejecutoras para la operacionalización de los proyectos y actividades derivados de este instrumento.

ARTICULO III

El Gobierno de la República Federativa del Brasil designa:

- a) A la Agencia Brasileña de Cooperación del Ministerio de Relaciones Exteriores (ABC/MRE), como encargado de la coordinación y seguimiento de los proyectos y actividades derivados del presente Ajuste Complementario.

- b) Al Ministerio de Salud, como encargado de la ejecución del presente Ajuste Complementario que, a su vez, designará las entidades ejecutoras para la operacionalización de los proyectos y actividades derivados de este instrumento.

ARTICULO IV

1. A fin de facilitar la cooperación técnica prevista en este Ajuste Complementario, ambas Partes acuerdan crear un Comité Técnico conjunto para discutir asuntos relativos a la aprobación, al seguimiento y a la evaluación de los proyectos y actividades de cooperación técnica.
2. En cada reunión del Comité Técnico se elaborará y aprobará un Programa de Trabajo para el bienio siguiente.
3. Participarán de las reuniones del Comité Técnico, representantes del Ministerio de Salud, de las entidades de coordinación y de ser necesario, las entidades ejecutoras de los proyectos y actividades.
4. Las reuniones del Comité Técnico se realizarán cada dos años, previo acuerdo de las Partes. Dichos encuentros se realizarán en forma alternada en el Ecuador y en el Brasil.

ARTICULO V

1. Las entidades ejecutoras detallarán los proyectos específicos o las actividades acordadas especificando los objetivos, justificativos, costos, formas de financiamiento, plazos de ejecución y demás condiciones y los presentarán al Comité Técnico.

ARTICULO VI

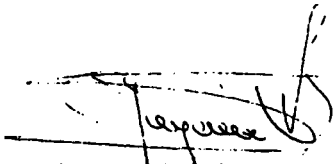
1. Las entidades ejecutoras elaborarán informes semestrales sobre los resultados obtenidos en los proyectos y actividades derivados de este Ajuste Complementario, los cuales se presentarán al Comité Técnico y serán examinados en las reuniones bilaterales de cooperación, cuando sean convocadas;
2. Los documentos elaborados y resultantes de los proyectos y las actividades desarrolladas en el contexto de este Ajuste Complementario serán de propiedad conjunta de las Partes. La versión oficial de los documentos del trabajo será elaborada en el idioma del país de origen del trabajo. En caso de publicación de los referidos documentos, las Partes deberán ser expresamente notificadas y mencionadas en el documento objeto de la publicación.

ARTICULO VII

1. El presente Ajuste Complementario entrará en vigencia en la fecha de su suscripción y tendrá validez por un periodo de dos años, prorrogable por igual periodo, salvo si una de las Partes notifica a la otra, por vía diplomática, con seis meses de antelación a la fecha de expiración, su intención de denunciarlo.
2. La denuncia del presente Ajuste no perjudicará los proyectos y actividades en trámite, que se ejecutarán hasta su conclusión.

Hecho en Quito, a los ocho días del mes de octubre de mil novecientos noventa y nueve, en dos textos originales, en los idiomas español y portugués, siendo ambos los textos igualmente válidos y auténticos.

**POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA DEL ECUADOR**



**Benjamín Ortiz Brennan,
MINISTRO DE RELACIONES
EXTERIORES.**

**POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA FEDERATIVA DEL
BRASIL**



**Vera Pedrosa Martins,
EMBAJADORA DEL BRASIL EN EL
ECUADOR**

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ARRANGEMENT IN THE FIELD OF HEALTH, SUPPLEMENTARY TO THE
BASIC AGREEMENT ON TECHNICAL COOPERATION BETWEEN THE
GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND
THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF ECUADOR

The Government of the Federative Republic of Brazil,

and

The Government of the Republic of Ecuador,

Hereinafter referred to as the Parties,

Considering

That health is essential for the welfare and development of the populations of the two countries;

That it is important to work together to tackle problems of public health, with a view to the prevention and control of diseases and the rehabilitation of patients;

That their relations of cooperation have been strengthened and protected by the Basic Agreement on Technical Cooperation between the Government of the Republic of Ecuador and the Government of the Federative Republic of Brazil, of 9 February 1982;

That technical cooperation in the field of health is of special interest for the Parties, based on mutual benefit and reciprocity;

Have agreed as follows:

Article I

1. The objective of this supplementary arrangement is to carry out projects and activities for cooperation in the following areas:

- Prevention and control of communicable metaxenic diseases, especially yellow fever and ophidiases, control of vectors, control of canine rabies and treatment of human rabies, immunization, prevention and control of diarrhoeal diseases, cholera and acquired immunodeficiency syndrome (AIDS);

- Strengthening and development of the network of diagnostic laboratories and vaccines;

- Maternal and child health, prevention and immunization, and nutrition;

- Environmental health and basic sanitation, drinking water, sewer systems and construction of latrines;

- Health services and personnel training;

- Provision, financing and evaluation of health services and non-institutional alternatives to extend the coverage of health programmes;

- System of basic information on health and epidemiology, incorporating telecommunications, statistical methodologies and the exchange of information;
- Controlled products related to health, specifically food (including dietetic supplies), drugs and medicines (including natural remedies), cosmetics, medical equipment, electronic products which emit radiation and similar products;
 - Primary health care systems;
 - Environmental health, occupational health, promotion of health and community participation;
 - Matters related to the health of high-risk and vulnerable groups, such as women, elderly people, people with special needs, adolescents, children and immigrants; and
 - Acquisition, storage and distribution of health supplies.

2. The cooperation shall cover the areas indicated in this supplementary arrangement, but the Parties may select other related areas of cooperation.

Article II

The Government of the Republic of Ecuador designates:

- (a) The Ministry of Foreign Affairs and the Ecuadorian Agency for External Cooperation, to be responsible for coordination and follow-up of the projects and activities emanating from this supplementary arrangement;
- (b) The Ministry of Health, in charge of the implementation of this supplementary arrangement, to designate, in turn, the executing agencies to carry out the projects and activities emanating from this instrument.

Article III

The Government of the Federative Republic of Brazil designates:

- (a) The Brazilian Agency for Cooperation of the Ministry of Foreign Affairs, to be responsible for coordination and follow-up of the projects and activities emanating from this supplementary arrangement;
- (b) The Ministry of Health, in charge of the implementation of this supplementary arrangement, to designate, in turn, the executing agencies to carry out the projects and activities emanating from this instrument.

Article IV

1. In order to facilitate the technical cooperation envisaged in this supplementary arrangement, the two Parties agree to establish a joint technical committee to consider issues relating to the approval, follow-up and evaluation of the technical cooperation projects and activities.

2. At each meeting of the Technical Committee, a programme of work shall be drawn up and adopted for the following biennium.

3. Representatives of the Ministry of Health, the coordination agencies and, if necessary, the executing agencies of the projects and activities, shall participate in the meetings of the Technical Committee.

4. The meetings of the Technical Committee shall be held every two years, by agreement between the Parties. These meetings shall be held alternately in Ecuador and in Brazil.

Article V

The executing bodies shall work out the details of the specific projects or activities agreed upon, specifying the objectives, justification, costs, types of financing, implementation periods and other conditions, and shall submit them to the Technical Committee.

Article VI

1. The executing bodies shall draw up semi-annual reports on the results achieved in the projects and activities emanating from this supplementary arrangement, which shall be submitted to the Technical Committee and shall be considered at the bilateral cooperation meetings, when they are convened.

2. The documents which are drawn up and which result from the projects and activities carried out in the context of this supplementary arrangement shall be the joint property of the Parties. The official version of the working documents shall be drawn up in the language of the country of origin of the work. In the event of the publication of these documents, the Parties must be expressly notified and mentioned in the document which is being published.

Article VII

1. This supplementary arrangement shall enter into force on the date of its signature and shall remain in force for a period of two years, which may be extended for an additional two-year period, unless one of the Parties notifies the other, through the diplomatic channel, six months before the date of expiry, of its intention to denounce it.

2. Denunciation of this arrangement shall be without prejudice to projects and activities which are under way, which shall be continued until they are completed.

Done at Quito, on 8 October 1999, in two original copies in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally valid and authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

VERA PEDROSA MARTINS
Ambassador of Brazil in Ecuador

For the Government of the Republic of Ecuador:

BENJAMIN ORTIZ BRENNAN
Minister for Foreign Affairs

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD DANS LE DOMAINE DE LA SANTÉ, COMPLÉMENTAIRE DE
L'ACCORD DE BASE DE COOPÉRATION TECHNIQUE ENTRE LE
GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET
LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DE L'ÉQUATEUR

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil,

et

le Gouvernement de la République de l'Equateur,

Ci-après désignés les Parties

Considérant,

Que la santé est indispensable au bien-être et à l'épanouissement des populations des deux pays;

Qu'il importe d'uvrer de concert au règlement des problèmes de santé publique, en vue de prévenir et de combattre les maladies et de réadapter les malades;

Que l'Accord de base de coopération technique entre le Gouvernement de la République de l'Equateur et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil du 9 février 1982 a renforcé et protégé leurs relations de coopération;

Que la coopération technique en matière de santé, fondée sur l'avantage mutuel et la réciprocité revêt un intérêt particulier pour les Parties;

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

1. Le présent accord complémentaire vise l'exécution de projets et d'activités de coopération dans les domaines suivants :

- La prévention et le contrôle des maladies à transmission vectorielle, notamment la fièvre jaune et les ophidiases, le contrôle des vecteurs, le contrôle de la rage canine et le traitement de la rage humaine, l'immunisation, la prévention et le contrôle des maladies diarrhéiques, du choléra et du syndrome immunodéficientaire acquis (SIDA);

- Le renforcement et le développement du réseau de laboratoires et de vaccins;

- La santé maternelle et infantile, la prévention et l'immunisation et la nutrition;

- l'hygiène du milieu et les réseaux d'assainissement de base, d'alimentation en eau potable et d'assainissement et la construction de latrines;

- les services de santé et la formation de personnel;

- la fourniture, le financement et l'évaluation des services de santé et les solutions non institutionnelles pour étendre la couverture des programmes de santé;

- le système d'information de base sur la santé et l'épidémiologie, y compris les télécommunications, les méthodes statistiques et l'échange d'information;

- les produits contrôlés liés à la santé, notamment les aliments (y compris les fournitures diététiques), les drogues et les médicaments (y compris les remèdes naturels), les produits cosmétiques, l'équipement médical, les produits électroniques qui émettent des radiations et les produits similaires;

- les services de soins de santé primaires;

- l'hygiène du milieu, l'hygiène du travail, la promotion de la participation aux activités de santé et communautaires;

- les questions liées à la santé des groupes à haut risque et vulnérables, comme les femmes, les personnes âgées, les personnes ayant des besoins spéciaux, les adolescents, les enfants et les immigrants; et

- l'acquisition, le stockage et la distribution de fournitures médicales.

2. La coopération couvrira les domaines indiqués dans le présent accord complémentaire, mais les Parties peuvent choisir d'autres domaines de coopération apparentés.

Article II

Le Gouvernement de la République de l'Equateur désigne :

a) le Ministère des affaires étrangères et l'Agence équatorienne de coopération extérieure, comme organismes chargés de coordonner et de suivre les projets et les activités découlant du présent accord complémentaire;

b) le Ministère de la santé chargé de la mise en oeuvre du présent accord complémentaire désigne, à son tour, les organes d'exécution des projets et des activités découlant du présent instrument.

Article III

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil désigne :

a) L'Agence brésilienne de coopération du Ministère des affaires étrangères comme organe chargé de coordonner et de suivre les projets et les activités découlant du présent accord complémentaire;

b) le Ministère de la santé, chargé de la mise en oeuvre du présent accord complémentaire désigne, à son tour, les organes d'exécution des projets et des activités découlant du présent instrument.

Article IV

1. Pour faciliter la coopération technique envisagée dans le présent accord complémentaire, les deux Parties conviennent de mettre en place un comité technique conjoint pour examiner les questions liées à l'approbation, le suivi et l'évaluation des projets et activités de coopération technique.

2. Lors de chaque réunion du Comité technique, un programme de travail sera établi et adopté pour les deux années suivantes.

3. Des représentants des Ministères de la santé, des organes de coordination et, le cas échéant, des organes d'exécution des projets et activités, participeront aux réunions du Comité technique.

4. Les réunions du Comité technique se tiennent tous les deux ans, en accord entre les Parties. Ces réunions se tiennent alternativement en Equateur et au Brésil.

Article V

1. Les organes d'exécution mettent au point les projets et activités spécifiques convenus, en précisant les objectifs, la justification, les coûts, les types de financement, les périodes d'exécution et autres conditions, et les soumettent au Comité technique.

Article VI

1. Les organes d'exécution établissent des rapports semestriels sur les résultats obtenus par les projets et les activités découlant du présent accord complémentaire. Ces rapports sont présentés au Comité technique et sont examinés lors des réunions de coopération bilatérale.

2. Les documents qui sont élaborés et qui résultent des projets et activités exécutés au titre du présent accord supplémentaire sont la propriété commune des Parties. La version officielle des documents de travail est rédigée dans la langue du pays d'origine. En cas de publication de ces documents, les Parties seront expressément informées et mentionnées dans les documents publiés.

Article VII

1. Le présent accord complémentaire entrera en vigueur à la date de sa signature et le demeurera pendant une période de deux ans. Il sera reconduit pour une période de même durée, à moins que l'une des Parties ne notifie à l'autre, par voie diplomatique, son intention de le dénoncer, six mois avant l'expiration de la période en cours.

2. La dénonciation du présent accord n'aura pas d'incidence sur les projets et activités en cours, qui se poursuivront jusqu'à l'achèvement.

Fait à Quito, le 8 octobre 1999, en deux exemplaires originaux, en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

L'Ambassadeur du Brésil en Equateur,

VERA PEDROSA MARTINS

Pour le Gouvernement de la République de l'Equateur :

Le Ministre des affaires étrangères,

BENJAMIN ORTIZ BRENNAN